

## --- Os Migrantes e o(s) Território(s). Na busca pela segurança ontológica ---

*Actas do I Encontro Internacional sobre Migrações, CD-Room, APDR, Faro, Portugal, 35 pp.*

Velez de Castro, Fátima<sup>1</sup>

velezcastro@fl.uc.pt

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Universidade de Coimbra

**Palavras-chave:** migrações; desenvolvimento e território; segurança ontológica

### 1. A base motivacional das migrações

Sem querer generalizar os seus pressupostos a todas as situações, podemos afirmar que as teorias das migrações tentam explicar os motivos que estão no cerne da própria mobilidade internacional, com base no desenvolvimento de modelos..

E.G.RAVENSTEIN<sup>2</sup> foi o primeiro autor a debruçar-se sobre esta temática, quando em 1876 defende as suas ideias na *Geographical Magazine* e mais tarde, em 1885 e 1889, no *Journal of Statistical Society*. Apesar de ter nascido na Alemanha, viveu na Grã-Bretanha onde produziu os seus estudos, justamente baseados nas migrações na Inglaterra e no País de Gales.<sup>3</sup>

Estes trabalhos deram origem à concretização do modelo de repulsão-atração<sup>4</sup> (1876), no qual o autor explica o fenómeno migratório com base na decisão tomada pelos migrantes face à influência de factores repulsivos existentes no local de origem (destacando-se os de ordem económica, como a escassez de terras, desemprego, baixos salários, pressão demográfica, crises agrícolas...) que influenciariam a saída desse espaço. A escolha do local de destino estaria desta forma condicionada pelos seus factores atractivos, os quais aliciariam a fixação dos migrantes (condições essas que podiam ser de várias ordens, salientando-se o dinamismo económico das áreas urbanas face às áreas rurais de partida). (ROCHA-TRINDADE, 1995: 73)

---

<sup>1</sup> Assistente no Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra e Investigadora do CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território). Licenciada em Geografia, Mestre em Estudos Europeus, encontra-se a desenvolver a tese de Doutoramento em Geografia Humana.

<sup>2</sup> (1852-1913).

<sup>3</sup> Teve em conta os recenseamentos da população britânica (naturalidade e residência, entre 1871 e 1881), tendo ainda analisado dados semelhantes na Europa e na América do Norte.

<sup>4</sup> *Push-Pull* no original.

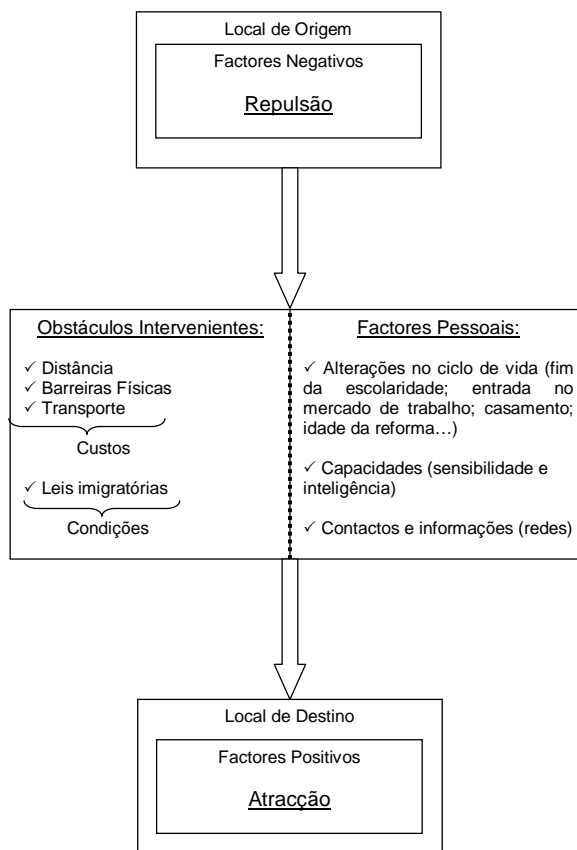
RAVENSTEIN explica os fluxos através de uma série de factores de cariz negativo/positivo, acabando por sistematizar os seus princípios num conjunto de “Leis da Migração”, onde defende que o ser humano, enquanto ser racional, procura maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes, comportando-se como *homo economicus*. (FONSECA, 2005: 72)

Os estudos deste autor tiveram um carácter pioneiro no campo das migrações, influenciando as posteriores teorias e modelos que se desenvolveram até aos dias de hoje. Contudo há alguns pontos que acabaram por não ficar suficientemente esclarecidos. Por exemplo, partiu do princípio que as migrações se efectuavam entre o espaço rural e o espaço urbano, o que pode não acontecer. Veja-se o caso dos imigrantes brasileiros ou do leste europeu, que saíram de áreas urbanas e que entraram em Portugal indo estabelecer-se igualmente em áreas urbanas ou até indo viver para áreas rurais. Por outro lado, não se define qual a ordem de importância dos factores: poderão os atractivos fomentar o próprio grau de repulsão do local de origem, ou os repulsivos exacerbar a verdadeira natureza dos factores atractivos no local de chegada? Quanto a esta questão MASSEY (1998: 12, 13) defende que pode predominar um grupo de factores sobre outro, apresentando alguns dos fluxos migratórios do período pós-industrial como sendo motivados essencialmente por factores repulsivos no local de origem (atente-se no caso dos refugiados, onde os factores repulsivos prevalecem claramente sobre os atractivos).

FIGUEIREDO (2005: 23, 27), citando PETERSEN (1958), refere ainda que é necessário ter em conta a distinção das motivações dos migrantes, face às causas sociais das migrações em si, quando se consideram os factores de repulsão. Estes factores teriam por base dois argumentos, um que defendia que seriam os trabalhadores dos sectores com menor grau de desenvolvimento aqueles que apresentariam um maior incentivo para emigrar, outro que justificava as migrações com as disparidades económicas entre países. Ora, neste sentido, a teoria de repulsão-atracção acaba por não explicar alguns micro-determinantes (por exemplo, a diferente propensão a migrar por parte de indivíduos com características semelhantes), ou macro-determinantes (por exemplo, migrações para áreas com muita população onde poderá ser mais difícil atingir os benefícios supostamente advindos dos factores atractivos).

Esta autora sintetiza o modelo de RAVENSTEIN, o qual concluiu que havia tendência para a existência de fluxos migratórios originários de áreas povoadas para áreas com menos população, assim como de áreas pobres e pouco desenvolvidas para

áreas mais desenvolvidas. Também tenta estabelecer a ligação entre os fluxos migratórios e as flutuações conjunturais existentes (os ciclos migratórios).



Esquema 1 – Síntese do modelo de Lee

Elaboração própria com base em Lee (1996) e Rocha-Trindade (2005)

Embora possa ser criticável o facto de este autor ter determinado leis e pressupostos demasiado lineares e pouco flexíveis quanto aos casos particulares, há que ter em atenção o momento e a realidade em que se baseia. Nessa linha de ideias, sentindo necessidade de melhorar estes princípios sobre as migrações, em 1969 o demógrafo americano Everett LEE baseou-se no modelo de RAVENSTEIN para construir o seu próprio modelo de repulsão-atracção. Embora considere as migrações como um processo impulsionado por factores atractivos e repulsivos, afirma que há que ter em conta a existência de obstáculos intervenientes e factores pessoais que também interferem na decisão de migrar.

Segundo LEE, as migrações podem resultar do jogo da comparação entre a situação do migrante a montante (factores negativos) e a jusante (factores positivos) do

processo migratório, tendo em atenção os obstáculos que podem interferir na migração (sobretudo de natureza económica e legislativa), inibindo ou facilitando-a. Além disso a racionalidade das decisões do *homo economicus* de RAVENSTEIN é repensada por LEE, ao considerar que o migrante é influenciado por factores pessoais de índole psicológica e circunstancial, capazes de se sobreporem a simples equações de custos/benefícios na decisão de migrar. No fundo os seus estudos procuraram dar resposta ao volume das migrações, ao estabelecimento de correntes e contracorrentes e até às próprias características dos migrantes. Também procura compreender os efeitos das migrações nas áreas emissoras e receptoras, debruçando-se sobre a assimilação dos migrantes nestas últimas. (ROCHA-TRINDADE, 1995: 73 - 75).

No fundo LEE dá ênfase não tanto aos territórios de origem e destino nas migrações e às condições que estes oferecem aos migrantes, mas sobretudo à percepção que os indivíduos têm sobre os mesmos. Este pressuposto ajuda a equacionar uma resposta a uma das lacunas que o modelo inicial apresentava, o qual não explicava porque é que indivíduos com características similares, a viver no mesmo território, tinham respostas diferentes perante a possibilidade de efectuarem uma migração. Neste caso a racionalidade alia-se à inteligência, sensibilidade e visões perante as fases da vida, que faz com que perante cenários idênticos se possam estabelecer uma multiplicidade de opções.

Acerca deste assunto, PIRES (2003: 70 - 73) refere:

*“Na maioria dos casos os migrantes, mesmo se migram em função de um cálculo racional de custos-benefícios, fazem esse cálculo num espaço de comparabilidade muito limitado, o que não permite descrever o seu resultado com o critério da maximização.”*

Significa que a disponibilidade de informação é também um elemento a considerar, pois nem todos têm o mesmo acesso e até pode acontecer não terem capacidade para compreender e operar da mesma forma com os dados. Por isso é necessário ter em atenção quando se aplica este modelo a realidades e a escalas em que tais vicissitudes podem estar presentes.

LEE enfatiza os territórios, destacando a importância da diversidade no que diz respeito ao peso dos factores positivos e negativos como determinantes no processo de decisão de migrar. Também dá importância ao papel da própria população migrante, na

forma como responde às condicionantes da migração, como supera os obstáculos, ou como se adapta à dinâmica do local e da comunidade de acolhimento. O processo de selecção acaba por ser determinado pelas próprias escolhas, características e determinação dos indivíduos, que de certa forma também respondem à conjuntura económica. De qualquer forma há que ter em atenção dois aspectos: o primeiro é que nem sempre em momentos de crise as migrações abrandam, o segundo é que os obstáculos acabam por ser contornados especialmente em momentos de grandes pressões, através do estabelecimento de redes ilegais. Estas interferem no processo migratório, não tanto pela ultrapassagem das condicionantes legais, mas antes desenvolvendo no migrante uma falsa sensação de que efectivamente realizou a migração, contornando os obstáculos, quando na verdade a imigração ilegal apenas adia as condicionantes.

A selectividade de que LEE fala também se vê comprometida por este pressuposto. A existência de redes sociais de que o autor não fala mas que de certa forma reconhece parcialmente a sua existência, quando se refere ao facto de as migrações terem tendência a ocorrer segundo trâmites definidos, ajudam os migrantes a superar os obstáculos de forma legal e positiva. Significa que as relações entre os migrantes e os membros emigrados da comunidade de acolhimento são importantes pois também anulam um pouco a questão da selectividade, se as considerarmos como canais onde as várias etapas são bem conhecidas pelos seus membros, os quais conseguem dar resposta às diversas dificuldades que o pretense migrante enfrenta, não só porque já experimentaram e resolveram essas mesmas questões, mas também porque se movem com facilidade no território de acolhimento e desenvolveram relações com a comunidade autóctone.

Por outro lado considera que as características da população migrante acabam por ser um misto das populações dos locais de partida/chegada, o que não deixa de ser verdade. Contudo a segregação espacial em muitos destes últimos lugares leva a crer que poderá existir uma prevalência das características das populações iniciais, que acaba por chocar com a nova comunidade, principalmente se a adaptação decorrer sobretudo de forma incipiente.

Estas teorias levaram a que outros autores reflectissem sobre os seus pressupostos, os quais acabaram por ser desenvolvidos sob perspectivas diferentes. A partir de aqui o campo teórico das migrações complexifica-se. Sem querer dividir o que por natureza não se coaduna com tal, podemos identificar o desenvolvimento de dois

grupos de teorias: um que admite que o móbil das migrações esteja ligado a questões de ordem económica, outro a questões de ordem social.

No primeiro caso, as migrações são explicadas pela diferença de salários entre regiões, com a Escola Neoclássica; pelos ganhos económicos que podem decorrer da migração, advogada pela Nova Economia; pela própria dinâmica do mercado capitalista que impele a que os indivíduos saiam do local de origem para trabalhar ou obter formação profissional no estrangeiro, integrando-se no complexo dinamismo mundial comandado pelas tendências de mercado, como defende a teoria do Sistema-Mundo. Ora, neste panorama, são os ganhos económicos que regem as decisões, numa linha clássica em que o indivíduo se assume como um *homo economicus*. Ainda no cerne deste grupo, a teoria do Mercado-de-Trabalho Segmentado defende que as migrações ocorrem porque no local de chegada há a necessidade de trabalhadores imigrantes para determinados sectores laborais. Estes podem até ser recrutados por empregadores, com o objectivo de desempenharem tarefas e funções a que os autóctones não aspiram. Pela baixa remuneração associada, pela natureza do trabalho (porque é “sujo” ou “pesado”) e pelo depreciativo estatuto social que confere, os postos de trabalho são “deixados” para que os migrantes os ocupem. Desta forma, assume-se que o mercado-de-trabalho desenvolve um sector principal, onde estão abrangidos os empregos “limpos”, bem pagos e que promovam um estatuto socialmente reconhecido, bem como um sector secundário onde estão incluídas funções mais mal pagas, mais duras e menos consideradas, a que os imigrantes não se importam de aceder, tendo em conta que um dos seus objectivos principais é o de juntar o máximo de capital monetário com a maior brevidade possível, de forma a consumir a meta fundamental da sua migração, ou seja, elevar o nível de rendimento da família, de forma a poder aceder a bens materiais anteriormente inacessíveis.

No segundo grupo, a génese e a manutenção das migrações tem um carácter mais social, se é que assim se pode designar. Neste contexto, a teoria das Causas Cumulativas refere que a própria dinâmica migratória, ou seja, a entrada e o efeito (positivo) dos migrantes no local de chegada, acabam por atrair mais migrantes e perpetuar a migração. Na mesma linha, a teoria das Redes acaba por desenvolver a ideia da existência de um grupo de imigrantes já estabelecidos no local de destino, que ajuda a que outros migrantes conterrâneos tomem a decisão de para ali migrar, seja porque podem beneficiar do apoio do ponto de vista material (passagens, questões burocráticas, procura de habitação, trabalho, de escola para os filhos...), seja do ponto de vista

imaterial (relacionado com a estabilidade emocional do próprio migrante e a manutenção da identidade). A existência de redes sociais acaba por ser um canal relativamente eficaz para o prolongamento no tempo (e no espaço) do fluxo migratório, que ocorre com uma base económica, embora este quadro teórico veja a motivação principal com base num sistema de solidariedade social, ou melhor dizendo, a forma acaba por se tornar no móbil que, tanto ou mais do que as questões económicas (que neste caso são vistas num panorama geral, em conjunto com outras áreas – educação, saúde...), motiva e facilita a saída do país de origem e a entrada no país de destino. Também a teoria do Capital Social coloca a tónica das migrações na necessidade que alguns indivíduos sentem em se valorizar do ponto de vista académico num país que não o seu, daí que busquem no país receptor uma formação adequada, com o objectivo de ganharem um perfil profissional que lhes permita aceder a um melhor nível de vida, seja no local de origem, seja no de destino.

Não obstante as linhas que dominam todas estas teorias, o objectivo último comum das migrações centra-se nisso mesmo, na busca de um melhor nível de vida para o migrante e para a sua família, conceito esse que se pode traduzir na aspiração pelo desenvolvimento, procurando em locais onde aparentemente poderá ser mais fácil a realização dessas mesmas aspirações. Contudo, urge neste contexto tentar perceber o que é o desenvolvimento, quais as dimensões que lhe estão adjacentes, pois a partir daí será mais fácil entender o que realmente está em jogo quando um indivíduo ou grupo decide deixar o seu local de origem.

## **2. O conceito de desenvolvimento no contexto migratório**

### **2.1 O “desenvolvimento” numa abordagem clássica**

A definição do conceito de *desenvolvimento* resulta numa dupla perspectiva. Se, por um lado, a complexidade etimológica leva a que a concepção do mesmo seja encarada numa diversidade de abordagens (seja de índole económica, social, cultural ou então quantitativa, qualitativa), por outro esse mesmo carácter pode levar a que o conceito se possa esvaír em pressupostos divergentes, fracturantes ou até mesmo colidir em campos conceptuais erradamente assumidos como sinónimos. FERNANDES (2004: 19) expressa esta mesma ideia, afirmando que se trata de um conceito confuso e com muitas conotações, usado com frequência no campo político, e que se associa a uma

geografia injusta a qual divide o mundo em duas partes, ou seja, o hemisfério norte desenvolvido e o hemisfério sul subdesenvolvido, ou então usa uma visão simplista e linear do espaço, associando-se o desenvolvimento à Europa e aos Estados Unidos e o subdesenvolvimento a África, às mega-urbes da América do Sul ou a alguns países da Europa de Leste.

No entanto há que referir que, apesar de não ser um termo de fácil definição, o dinamismo da sua própria natureza permite entendê-lo como um ponto de partida do qual deriva um/vários processo(s), isto é, um conjunto de elementos que formam um pressuposto, à partida estático, mas que ao longo da reflexão vem a exigir uma abordagem baseada num ou em vários caminhos que obrigam à dissuasão dos limites cerrados do conceito (em que muitas perspectivas por vezes se quedam), para prosseguir no sentido da visão de abertura. MORENO (1998: 23; 2002: 23) busca na etimologia da palavra esse sentido. De origem latina, *des+envolver* significa “o oposto a envolver”, sendo que “envolver” se refere a “fazer rolar até abaixo”, “fazer cair a rolar”, ou seja, traduz uma acção com significado destrutivo. “Desenvolver”, com a integração do prefixo “des”, passa a ter um sentido contrário, ou seja, representa a anulação do movimento potencialmente destrutivo, o que efectiva a promoção de um processo dinâmico de libertação, de prossecução, através de uma (ou várias) forma(s) para anular um estado inicial propensamente negativo e por isso contraproducente. CARVALHO (2005: 40) cita João Luis FERNANDES, ao referir que uma das interpretações mais recorrentes é aquela que encara o desenvolvimento como um movimento, uma dinâmica que se traduz de um estágio a outro, associado à ideia de construção, destruição, reconstrução e/ou reintegração.

## **2.2 O modelo neoclássico de crescimento económico e a sua relação com o desenvolvimento e com as migrações**

Os primeiros contributos teóricos para explicar as iniquidades regionais tiveram no seu cerne a desigual distribuição geográfica dos recursos. Tal facto era justificado através do estabelecimento de uma relação directa entre a quantidade/disponibilidade



dos recursos e o nível de crescimento económico, sendo que os factores de desenvolvimento territorial eram explicados através da dinâmica do próprio sistema produtivo e das relações sociais. (VALE, 2005: 52)

O modelo neoclássico de crescimento económico é aquele que, sem assumir na sua designação o conceito de “desenvolvimento”, se referia a ele próprio, isto é, foi o primeiro postulado teórico a sistematizar as causas das diferenças de desenvolvimento entre regiões. O paradigma de base que materializa esta abordagem foi fundamentado através do modelo de Robert M. SOLOW (1956), o qual surge como resposta às conclusões pessimistas de HARROD, ao admitir que se podiam substituir os factores, de acordo com as especificidades e necessidades contextuais, através de um ajustamento entre a razão capital/trabalho (relativamente às condições vigentes nos mercados). Neste modelo, haveria tendência para a convergência dos níveis de produto por trabalhador e, em consequência, do rendimento *per capita* e, tendo em conta que os países mais pobres cresceriam a um ritmo superior relativamente aos mais ricos, haveria um equilíbrio. Roy Forbes HARROD (1939, 1948) foi contemporâneo e colaborador de KEYNES, tendo vindo a determinar as condições necessárias para se obter um equilíbrio dinâmico: trabalho e capital. Além disso, destaca a oferta exógena do factor trabalho, bem como uma taxa de poupança (fixada exogenamente), como factores importantes para o equilíbrio, embora este autor fosse pessimista, na medida em que considerava fracas as probabilidades de ocorrer o equilíbrio dinâmico do mercado, bem como de se verificar uma situação de pleno emprego. John Maynard KEYNES demonstrou que o equilíbrio macroeconómico não geraria necessariamente uma situação de pleno emprego e que, a curto prazo, as variações do lado da procura agregada, determinariam as variações do produto equilibrado. (SILVA e SILVA, 2005: 135-175; ALBERGARIA e TEOTÓNIO, 2007: 15)

O crescimento económico é o factor considerado fundamental por ARMSTRONG e TAYLOR (2000: 72) para se atingir o desenvolvimento de um território e este modelo neoclássico coloca em evidência três elementos essenciais para promover o aumento do produto/rendimento<sup>5</sup>: o stock de capitais, a força de trabalho e a tecnologia. Embora refiram que todos se tratam de factores importantes, destacam o papel da tecnologia,

---

<sup>5</sup> *Output growth*, no original.

pois é de certa forma responsável pela aceleração do crescimento económico praticamente desde a Revolução Industrial.

Mas outro factor importante que é apontado, incluído na força de trabalho, é o das migrações: de acordo com este modelo, o capital e o trabalho têm tendência para se deslocar tanto para regiões onde os lucros sejam maiores (no caso do capital), como para onde se auferem mais dividendos (no caso do trabalho). Os autores destacam mesmo a importância da mobilidade, afirmando que as disparidades regionais verificadas entre si ocorrem não só pelos diferentes valores de capital disponível, mas também por causa das migrações inter-regionais.

ARAUJO (1999: 691) refere que este modelo pressupunha que em regiões distintas (e havendo entre elas uma perfeita mobilidade de bens e pessoas), a mão-de-obra migraria atraída pelos salários mais altos, das áreas menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas. Inicialmente verificar-se-ia uma concentração de capital físico e humano nas áreas mais desenvolvidas, ficando as menos desenvolvidas subjugadas à condição de “marginais”. Contudo, esta acumulação teria um limite, em que os rendimentos progressivamente decresceriam, daí que a médio prazo (através do retorno e até das próprias remessas dos migrantes, bem como de novos investimentos) se iria verificar uma situação de convergência regional, o que promoveria de certa forma o equilíbrio tão falado (e desejado) pelos “fundadores” do modelo neoclássico do crescimento económico. Porém, não considera que haja dificuldade em termos de mobilidade destes factores entre regiões, assumindo até que há um perfeito conhecimento dos preços praticados em todas as regiões, o que é uma falácia evidenciada por ARMSTRONG e TAYLOR (2000: 85) que fragiliza o próprio modelo.

A abordagem teórica da Escola Neoclássica referente às migrações está intimamente ligada com este princípio do modelo de crescimento económico, ao assumir que a saída de um migrante da região de origem (ou de um lugar para onde tenha migrado) para outra região, é em parte influenciada pelo mercado-de-trabalho, não só em termos de ganhos, mas também pode ser em termos de ascensão profissional. Todavia há que ter em atenção a influência de outros factores, não só no local de partida (insegurança física e laboral, más condições de acesso a serviços – nomeadamente de

educação para os filhos ou para o próprio - familiares e dependentes a cargo...), durante a migração (riscos – custos da viagem, forma de realização da mesma, instalação no local de chegada, custo de vida...) e no local de chegada (factores positivos – emprego estável, salário mais elevado, mas também segurança, habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, justiça...). Por outro lado também se tem de ter em conta os constrangimentos burocráticos e legais nas fronteiras (daí a crescente vaga de migrações ilegais).

Além disso, ARAUJO (1999: 692) alerta para um facto fundamental: os fluxos migratórios não abrandaram tal como previsto, até porque existem circunstâncias que continuam a perpetuar os mesmos, tal como o efeito das economias de aglomeração, da aplicação do capital público, do capital humano com formação e do capital tecnológico. Neste caso, as regiões mais desenvolvidas têm uma capacidade de desenvolvimento endógeno que as menos desenvolvidas não possuem e, assim sendo, a divergência tenderá a não desaparecer. A par disso também há probabilidade que, durante o tempo que duram os fluxos migratórios no seu todo, a par da apropriação espacial paulatinamente perpetrada pelos migrantes, se desenvolvam redes sociais que promoverão a continuidade das migrações, deixando abertos canais de mobilidade, o que pode implicar a continuidade dos fluxos no tempo e no espaço.

ARMSTRONG e TAYLOR (2000: 85,86) identificam pontos fortes e pontos fracos no modelo. Por um lado vêm destacar o papel da tecnologia como motor fundamental para o crescimento das regiões, bem como a importância do capital humano por duas razões principais: é o stock de capital humano de uma região que vai absorver e usar as tecnologias, assim como também pode ser ele próprio o criador de tecnologia. A capacidade que uma região tem de absorver e produzir capital está relacionada com as condições institucionais de que dispõe, não no sentido meramente estatal, antes no que diz respeito ao conjunto de meios, políticas, medidas, protocolos estabelecidos com várias entidades, donde se destaca a formação dos recursos humanos.

As fragilidades do modelo estão relacionadas com a assunção de que os factores de produção têm capacidade ilimitada de mobilidade entre regiões, o que já se verificou como erróneo. Assume também que a tecnologia está disponível (da mesma forma) em

todas as regiões, o que também não se verifica. Por outro lado considera que as disparidades nos níveis de produtividade estão relacionadas com os diferentes pesos dos factores capita/trabalho (rácio), embora com o tempo tenham tendência para desaparecer. Ora na verdade o capital e o trabalho deslocam-se para regiões onde possam obter maiores dividendos, daí que o modelo falhe na explicação da persistência das disparidades regionais. No entanto, estes autores não deixam de ressaltar a importância deste modelo, na medida em que acabou por influenciar o incremento dos estudos sobre as causas e as consequências do aumento e manutenção das disparidades regionais, e a sua influência na teoria do crescimento regional endógeno.

Ainda voltando à questão da importância do capital no modelo de crescimento económico regional, a teoria neoclássica de convergência destaca, nos factores de produção, a relevância do capital humano como elemento primordial de promoção do crescimento da região. AYDALOT (1985: 112, 115) apresenta George BORTS e Jerome STEIN (1964) como precursores desta teoria, os quais defendiam que o crescimento de uma região está relacionado com o seu capital humano, nomeadamente com a “transformação” da população agrícola (com fracos recursos) em urbana ou industrializada, e com a mobilidade exterior (imigrantes). Assumem assim que o crescimento de uma região depende da própria mobilidade do capital humano ao nível interno (de um sector para outro onde os salários são mais elevados) e externo (a população migra para a região onde os salários são mais elevados). A oferta de trabalho não agrícola, associado à procura externa do próprio mercado, ajudaria assim o processo de desenvolvimento regional.

Phillipe AYDALOT explica que na teoria neoclássica da convergência SE consideram que os factores de produção devem ser móveis, assim como os bens (relativamente) imóveis. Imagine-se que uma região comportava duas empresas, onde uma pagava mais e outra menos: segundo esta teoria, a mão-de-obra da sub-região onde se pagava menos, tenderia a ir para onde o pagamento fosse superior, principalmente se esta estivesse a necessitar de população activa. Neste caso houve uma necessidade que foi suprida a “preço 0”, ou seja, foi mais fácil “deslocar” o factor de produção capital humano, do que a empresa em si, o que não quer dizer que assim sempre compense,

visto que a deslocalização das unidades de produção industrial dos países desenvolvidos para os novos países industrializados (NPI) ocorreu porque foi mais proveitoso deslocar parte da empresa do que a mão-de-obra em si, pelos problemas burocrático e sociais que a uma migração em massa deste tipo acarretaria para o país receptor/região receptor(a).

É neste ponto que o autor refere estar estruturada a própria natureza da divergência e hierarquia dos espaços, ou seja, a natureza das relações entre as regiões criam as próprias diferenças em termos de desenvolvimento - não só através do princípio da gravitação<sup>6</sup>, como também da atracção<sup>7</sup> - que outras teorias (como por exemplo a dos pólos de desenvolvimento) acabarão também por abordar.

### **2.3 O desenvolvimento como liberdade e como segurança ontológica**

As questões inicialmente tratadas em meados do século passado, as quais deram origem à génese e posterior evolução do paradigma de desenvolvimento, não obtiveram uma resposta concreta e conclusiva com as teorias entretanto enunciadas. As iniquidades à escala local, regional e global acentuaram-se nalguns casos, enquanto noutros territórios ganharam novas formas e novas especificidades. Já não são apenas as imagens de refugiados em situação de insegurança e famintos, ou de populações de países em vias de desenvolvimento num cenário de carência absoluta, que nos fazem pensar que o desenvolvimento nesses locais não teve condições para se instalar. Também no mundo ocidental dito desenvolvido, a questão do desenvolvimento coloca-se não só nas áreas periféricas aos grandes centros de atracção, como também no interior das próprias metrópoles, onde a pobreza associada à exclusão social, ao envelhecimento e ao deficiente poder de compra, convivem com a riqueza de alguns.

Por isso o desenvolvimento também é “económico”, mas não pode ser única e exclusivamente visto neste âmbito, embora a actual crise leve muitos a (re)pensar o próprio conceito, com base no colapso financeiro sentido desde os grandes grupos até

---

<sup>6</sup> Refere a responsabilidade de certos espaços, no que diz respeito à inferioridade de outros, onde a distância é importante (pode ou não anular essa influência).

<sup>7</sup> Certos espaços são dotados de determinadas características (referentes aos seus equipamentos, à sua organização), que os mantêm atractivos entre si, no que diz respeito aos recursos e factores de produção.

aos núcleos familiares, com as consequências associadas (dificuldade de acesso ao crédito, inflação elevada, subida do preço dos bens de primeira necessidade...).

Neste sentido, sugere-se o contributo de um autor incontornável nesta temática, o qual vem abordar a noção de uma forma renovadora e pertinente, que poderá inclusive ajudar a repensar os modelos e os processos de desenvolvimento a várias escalas – Amartya SEN. Na sua autobiografia<sup>8</sup> refere que nasceu em 1933, sendo originário de uma família de Dhaka (Bangladesh) com tradições universitárias (o pai e a avó materna eram ambos professores universitários). Também assume que o forte multiculturalismo identitário indiano foi um dos primeiros assuntos pelo qual se interessou, sendo que mais tarde as condições de vida baseadas em profundas carências (alimentares, de saúde, de educação...) no seu país, bem como noutros países subdesenvolvidos, vieram a tornar-se o objecto de reflexão, de investigação e de profundo interesse, marcando a sua carreira académica. Em 1998 ganha o “Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel”<sup>9</sup> pela sua contribuição à economia do bem-estar social.

CARDOSO, RIBEIRO e SANTOS (2000: 724) consideram que, embora não tendo rompido com a tradição económica da escolha racional, a especificidade deste autor está na crítica que realizou aos próprios pressupostos individualistas e liberais, a fim de lhes conferir a dimensão de uma verdadeira teoria da escolha social ou colectiva. Para SEN, as escolhas dos indivíduos, que poderemos aqui encarar numa esfera mais específica como a dos migrantes, não são apenas influenciadas pela procura da maximização do rendimento, mas também pelas várias circunstâncias individuais (idade, saúde, sexo, maternidade, aptidões...) e pelas disparidades nos contextos social e natural (poluição, ambiente, criminalidade...). Para este autor, o que realmente interessa ao bem-estar do indivíduo não é tanto o que ele possui, mas aquilo que consegue realizar com o que possui, tendo a ver com a própria “realização” do ser humano. FERNANDES (2004: 57)

---

<sup>8</sup> In: [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/1998/sen-autobio.html](http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1998/sen-autobio.html) (acedido em 24/11/2008)

<sup>9</sup> É incorrectamente designado por “Prémio Nobel da Economia”. O “Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel” é atribuído desde 1969, sendo financiado pela Fundação Nobel, mas com dinheiro público do Banco Central Sueco. Embora os laureados sejam escolhidos pela Academia Real das Ciências da Suécia, e seja divulgado e entregue na mesma altura que os efectivos prémios, a família Nobel não aceita esta “colagem” aos “originais” e por isso em 1968 decidiu que não seriam criados outros prémios em memória de Alfred Nobel.

assume, tal como os anteriores autores, a lógica coerente de Amartya SEN como a necessidade de encarar o desenvolvimento com base numa abordagem multidisciplinar, em vários planos e a várias escalas:

*“O crescimento económico importa mas não é suficiente. Há que assumir o ser humano na sua globalidade. Para isso, o desenvolvimento não é só uma questão económica, mas também sociológica, antropológica e psicológica e, entre outras adjectivações, geográfica.”*

Para SEN (2003: 19-21) o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que um indivíduo goza. Esclarece que não se tratam apenas das “liberdades humanas” em si, pois tal é tão restritivo como considerar o PIB, o nível de industrialização ou tecnologia como factores primordiais do desenvolvimento.

A liberdade como base do desenvolvimento parece estar assim inerente a dois axiomas, por um lado a possibilidade de escolha, por outro a possibilidade de acesso. Um complementa o outro, porque quando há oportunidade de escolha é porque há acesso livre para concretizar a opção; se há acesso é porque estão instauradas os instrumentos que possibilitam a escolha proporcionada pela liberdade. Para isso apresenta três áreas primordiais:

a) Dispositivos sociais e económicos (ex: acesso a serviços de educação, cuidados de saúde...);

b) Direitos políticos e cívicos (ex: liberdade de participar no debate público ou no escrutínio eleitoral);

c) Eliminação das fontes de restrição (ex: possibilidade de fuga à pobreza, à tirania, à míngua de oportunidades económicas, à incúria dos serviços públicos, à prepotência dos Estados repressivos – em contrapartida o acesso a alimentação, a vestuário, a medicamentos, à habitação, à paz, à educação, à saúde...).

Não descarta contudo a componente económica (Ob.Cit.: 21):

*“O que as pessoas podem efectivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por essas condições de possibilidade que são a boa saúde, a educação básica e o incentivo e estímulo às suas iniciativas.”*

Destaca-se neste sentido a ideologia de Muhammad YUNUS<sup>10</sup>, cuja extensão da experiência do Microcrédito<sup>11</sup> nos anos 70 do séc.XX, através da criação do Grameen Bank, se revelou uma forma eficaz de ajudar na luta contra a pobreza e contra os baixos níveis de desenvolvimento de populações extremamente desfavorecidas em termos financeiros, sociais e académicos. A base desta “política” consistia em atribuir pequenas quantias a mulheres e homens com fracos rendimentos económicos no grupo familiar, ou até mesmo desempregados, de forma a poderem constituir um negócio por conta própria, e assim aumentarem os rendimento pessoais e do agregado. As baixas quantias eram suficientes para estabelecer um pequeno negócio (desde uma oficina de costura, até à compra de terrenos para a agricultura por conta-própria), mas havia o senão do retorno do capital emprestado, até porque se tratavam de populações à margem dos grandes bancos que disponibilizavam crédito, por não oferecerem condições de pagamento (não havia bens para hipotecar ou até mesmo rendimentos suficientes para pagar a mensalidade em dívida). YUNUS verificou que algum tempo depois de emprestar os montantes, a grande maioria conseguia instalar com sucesso o negócio e pagar o montante em dívida.

Este foi, e continua a ser, um instrumento essencial para muitos indivíduos e famílias que acabaram por ser resgatados às franjas de uma sociedade pouco humanizada, virada sobretudo para o lucro. Foi também desta forma que promoveu a independência dos beneficiários do microcrédito que, com maior liberdade económica, viram facilitados o acesso a bens e serviços básicos.

---

<sup>10</sup> Prémio Nobel da Paz, em conjunto com o Grameen Bank, em 2006.

<sup>11</sup> In: [http://www.grameen-info.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=28&Itemid=108](http://www.grameen-info.org/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=108) (acedido em 24/11/2008)



Destaca-se neste âmbito não só o cariz económico como também social do projecto, uma vez que se destina a populações/famílias muito pobres<sup>12</sup>, ao promover a ideia de que o acesso ao crédito faz parte da dimensão dos direitos humanos, sem que para isso tenham de existir garantias/retornos inicialmente materializados ou até mesmo pré-aprovação. É um sistema que se baseia na confiança mútua entre os dois agentes da transacção – a entidade de crédito e o beneficiário. SEN (Ob.Cit.: 303) destaca a dimensão social no desenvolvimento enquanto liberdade:

*“Não [se] pode fundar uma concepção de desenvolvimento que (...) verta simplesmente numa mera «fórmula» de acumulação de capital, ou de abertura dos mercados, ou de planeamento económico eficiente (embora cada um destes traços particulares se inscreva no quadro global). O princípio organizador que coloca todos os bocados e peças num todo integrado é a preocupação abrangente com o processo de fortalecimento das liberdades individuais e com o empenhamento social em promovê-las.”*

Um dos princípios deste sistema destaca a atribuição de financiamento a mulheres, o que acaba por ser um factor de emancipação em culturas cujo papel feminino se baseia na dependência face ao elemento masculino e na circunscrição à esfera doméstica. Este objectivo é extremamente importante não só como promotor da igualdade de oportunidades no género, como também deixa entender de forma clara como a liberdade de manobra é importante, neste caso não só em termos económicos, porque as mulheres passam a ter uma fonte de rendimento própria, como também para o acesso à informação e à liberdade de decisão sobre o seu futuro, através da formação em termos académicos. SEN (Ob.Cit.: 304) explica:

*“(...) A liberdade é em si mesma um conceito diversificado que implica (...) O tanto a consideração dos processos como a das oportunidades concretas. (...) O*

---

<sup>12</sup> Yunus chama a atenção para o facto da designação “microcrédito” ser utilizada de uma forma exaustiva e errónea. O conceito original tem como principais destinatários população muito pobre, sem capacidade alguma em aceder ao crédito bancário convencional.

*desenvolvimento é, na verdade, um tremendo compromisso com as possibilidades da liberdade.”*

As liberdades são os meios e o fim do desenvolvimento. Do ponto de vista instrumental Amartya SEN identifica cinco espécies de liberdade, com relações entre si:

1ª) Liberdades políticas – segundo o autor, os direitos cívicos, sob a forma de livre expressão e de eleições, ajudam a promover a segurança económica e social;

2ª) Disponibilidades económicas – sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção (consumo, troca, venda), que podem ajudar tanto a criar riqueza pessoal, como a gerar recursos públicos destinados a serviços sociais;

3ª) Oportunidades sociais – sob a forma de serviços de educação e de saúde, facilitam a participação económica;

4ª) Garantias de transparência – defende o direito à clareza e ao esclarecimento, bem como à lisura, evitando situações de corrupção, gestão irresponsável e arranjos subterrâneos;

5ª) Protecção da segurança – advoga a necessidade da existência de uma rede de protecção social onde a população em certos casos (de desemprego, doença...) tenha um fundo (como o subsídio de desemprego, baixa...) de manobra, evitando que passe para uma situação de miséria. (Ob.Cit.: 52-55)

Verifica-se aqui que a dimensão económica e social está aliada à importância da participação democrática, tendo o indivíduo um papel de destaque como actor com capacidade de opinar e, sobretudo, de agir. Há contudo um fio condutor que parece unir todas estas dimensões de liberdade, que é a solidariedade e o respeito pela pessoa humana, como princípios aglutinadores da sociedade, qualidades que se apresentam como necessárias para a manutenção de uma ordem global mais humanizada.

Destaca contudo a recusa da liberdade política e dos direitos cívicos elementares como processo para se atingirem bons níveis de desenvolvimento, argumento recorrente para regimes opressivos justificarem a sua actuação. A privação de liberdade, aliada a um sistema político rígido, é apresentada como um método eficaz para se obterem melhores resultados (ex: produção), para haver um maior controlo (ex: ganhos,

poupanças...) e se atingir uma suposta vantagem no processo de desenvolvimento económico.

Este autor defende que a possibilidade de escolha é sinónimo de liberdade. Poder escolher seja em termos colectivos (representantes políticos nas instituições) seja em termos individuais (formação académica, profissão, acesso a serviços de saúde, de justiça...), significa que o próprio indivíduo tem margem de manobra para poder melhorar o seu nível de vida.

A liberdade como desenvolvimento parece ser desta forma o caminho instrumental para a segurança ontológica, que GIDDENS (1991) refere como sendo um estado mental estável, baseado num sentido de ordem e de continuidade, o qual evita situações de ansiedade e caos, fomentando pelo contrário o desenvolvimento de sensações positivas. Esta situação é promovida por experiências benéficas que o indivíduo procura voluntariamente ou ao qual é submetido por outras formas, das quais resulta um bem-estar real. Significa que o desenvolvimento, com todas as dimensões que já foram apresentadas, acaba por ser materializado se o indivíduo tiver acesso a um conjunto de liberdades, as quais irão fornecer instrumentos para que o indivíduo consiga concretizar os objectivos inerentes a cada dimensão. A partir do momento em que estas estão realizadas de uma forma minimamente satisfatória, o indivíduo sente não só que atingiu as metas a que se propôs, como também beneficia de um nível de bem-estar que o deixa seguro não apenas do ponto de vista físico, mas de igual modo noutros campos da sua vida (material e imaterial).

Face a esta questão, podemos-nos inquirir sobre a natureza das migrações quanto ao móbil, isto é, se é apenas dominante um factor (ou pouco mais) na sua motivação, ou se devemos incluir o peso de vários campos, com importância dimensional semelhante. Considerar a segurança ontológica como móbil dos fluxos migratórios significa, por um lado, que estaremos a considerar a mobilidade numa dimensão mais abrangente do que a maioria das teorias o fazem, na medida em que se assume que há uma relação complexa entre vários pólos (desde o migrante, à família, ao território de origem e chegada...) que deve ser vista numa dimensão abrangente e a longo prazo. Por outro lado esta perspectiva pode questionar a própria essência das políticas migratórias, e se estas

devem ou não ser geridas por um sistema de quotas que se define com base nas supostas necessidades do mercado-de-trabalho dos países de destino.

### **3. A geografia da segurança ontológica**

Mas onde se desenrola essa “liberdade” promotora do desenvolvimento? O carácter geográfico está mais além do carácter linear com que tem sido encarado o território nas abordagens conceptuais clássicas. Nem sempre o território onde se vive é aquele onde se pode gerar o desenvolvimento, até porque pode haver um deficit dessa mesma liberdade. Por isso os indivíduos optam muitas vezes por deixar o local de origem, “escolhendo” outros locais onde podem usufruir de uma maior “liberdade relativa”, com o objectivo de procurarem esse desenvolvimento para si e para a sua família, seja nesse local de chegada, seja inclusive no território de origem (através de investimentos ou do envio de remessas, por exemplo).

Porém, colocam-se algumas reflexões: o migrante procura a liberdade de escolhas, escolhas essas que pode não ter no seu país, ou que até pode ter mas que não lhe permitem atingir o grau de desenvolvimento pretendido. Ao chegar ao destino da migração, pode ter uma “liberdade limitada”, isto é, ter um condicionamento de acção face aos próprios autóctones. No caso de estar ilegal no país isso é evidente, ou mesmo estando legal precisa de realizar um conjunto de trâmites e esperar algum tempo para poder ter certos direitos, como por exemplo, votar, solicitar a naturalização ou a nacionalidade. Por outro lado, imaginemos um migrante que sai de um território com pouca liberdade de escolha e vai para outro com “muita” liberdade. Se considerarmos que continua em contacto com o território de origem, esse contacto com uma nova realidade poderá provocar tanto um choque inicial, sendo que paulatinamente acabará por se desligar da realidade original; ou então poderá, apoiado no novo contexto, estabelecer possibilidade de abertura de liberdades no local de origem. Também se pode considerar que o indivíduo não actua dessa forma e acaba por ser passivo, “alimentando” um regime pouco democrático, em que a obtenção de receitas (e o conseqüente envio de remessas) vai apenas contribuir para o crescimento económico do

local de origem e perpetrar a situação verificada. Não obstante destas observações derivadas da introdução do factor geográfico na questão das liberdades de escolha como pressupostos básicos do desenvolvimento, não deixa de ser fundamental o contributo de Amartya SEN para a própria concepção e materialização do conceito.

Neste sentido a organização *Vision of Humanity* começou a apresentar recentemente (desde 2007) um referencial estatístico/geográfico relacionado com o contexto actual de instabilidade política e bélica que se vai sentindo nalguns pontos específicos do planeta, mas que de certa forma toca no seu âmago o tema do desenvolvimento. Esta destaca a paz como elemento promotor da estabilidade individual e social, entendendo esse princípio como um pressuposto básico para se atingirem níveis de desenvolvimento satisfatórios. O conceito de paz<sup>13</sup> é difícil de definir, podendo ser entendido como um estado de harmonia estimulado pela ausência de conflito. Mas esta ausência de violência, de conflito, o que é ao certo?

Com base na resolução da Assembleia-geral das Nações Unidas de 1999, que estabelece a promoção da “cultura da paz” para as crianças, assumem-se três pilares básicos para este conceito e para a sua manutenção: a recusa da violência, a tentativa de prever conflitos e a actuação a montante das situações, bem como o compromisso em resolver os problemas através do diálogo e da negociação. Propõem, além disso, a mediação entre a ausência de conflito e a presença da cultura da paz, frutos dos quais só serão estabelecidos se houver uma educação para a paz e para o desenvolvimento sustentável com base nos direitos humanos, equidade do género, participação democrática, tolerância e solidariedade, comunicação aberta e segurança internacional.

Houve necessidade de se “materializar a paz” em termos quantitativos, daí o estabelecimento do “Índice da Paz” (IP)<sup>14</sup>, o qual se baseia em dois grupos de indicadores:

1) *Indicator information* – Entendidos como indicadores de carácter específico, relacionados com a segurança e o acesso à liberdade. Analisa-se a existência de conflitos, as mortes derivadas do conflito, os níveis de criminalidade, a presença de

---

<sup>13</sup> In: <http://www.visionofhumanity.org/gpi/about-gpi/overview.php> (acedido em 26/11/2008).

<sup>14</sup> In: <http://www.visionofhumanity.org/gpi/results/iceland/2008/> (acedido em 26/11/2008).

forças de segurança, o acesso a armas, a capacidade militar do país, a relação com os países vizinhos, o número de pessoas deslocadas, os actos terroristas praticados, o respeito pelos direitos humanos, a instabilidade política.

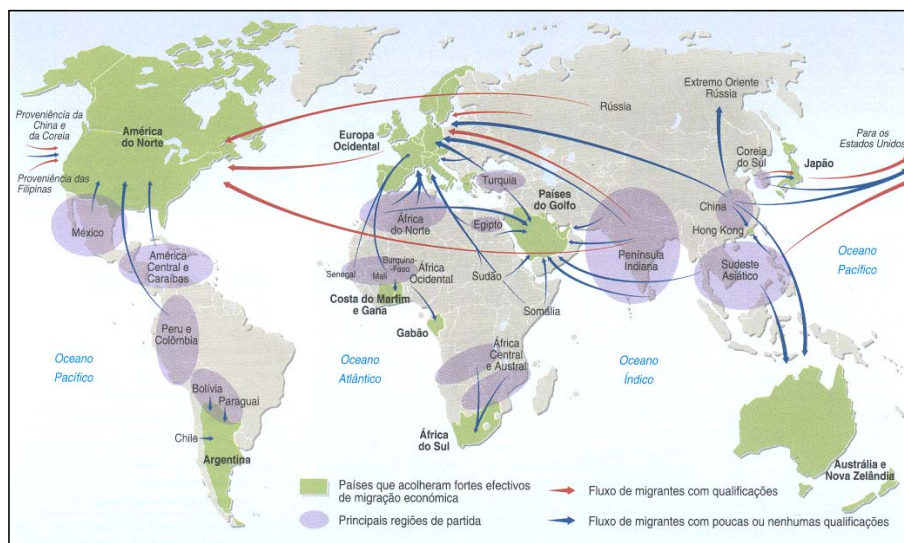
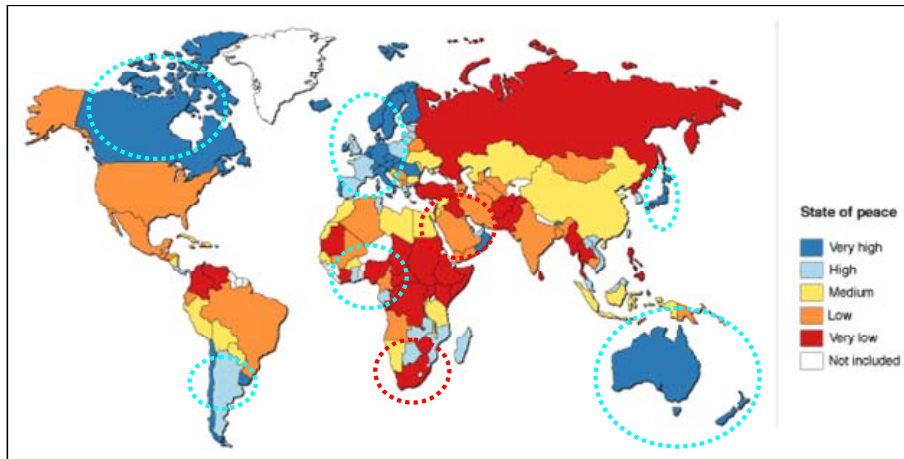
2) *Driver information* – São indicadores mais abrangentes, que vão desde a participação política, até ao cenário financeiro e social do país. Inclui a dinâmica da democracia e da sua transparência, o processo eleitoral, a cultura política e de participação dos cidadãos, os níveis de corrupção, as participação das mulheres no parlamento, o funcionamento do governo, a liberdade política, a abertura internacional, a liberdade de imprensa. Também são incluídos indicadores económicos (PIB *per capita*, importações, exportações, investimento), demográficos (esperança média de vida, taxa de mortalidade infantil, ratio homem/mulher, percentagem de migrantes sobre a população total), culturais e educacionais (alfabetização e literacia).

Estamos em presença de um indicador que toca, nalguns aspectos, o conceito de desenvolvimento e de segurança ontológica, embora tenha uma tendência mais virada para a segurança física dos indivíduos e para a estabilidade comunitária e política da sociedade. Contudo, o facto de agregar indicadores de carácter material e imaterial, os quais abarcam a dimensão económica, social, demográfica, política, entre outros, permite-nos dar a imagem geográfica das possíveis regiões onde existe uma relação entre a segurança ontológica oferecida e a direcção dos fluxos migratórios.

A cartografia dos valores do índice da Paz, em 2008<sup>15</sup>, mostra um planisfério bastante complexo:

---

<sup>15</sup> Estão disponibilizados os dados de 2007 e 2008.



Mapa 1. O índice da Paz (Fonte: Vision of Humanity, 2007)

Mapa 2. Migrações económicas na década de 90 (séc.XX) (Fonte: Gresh et al, 2003)

Verificamos que há na verdade uma coincidência entre as regiões com índices de paz mais favoráveis e os destinos dos fluxos migratórios (Europa, América do Norte, Oceania...), embora haja regiões críticas (Países do Golfo e África do Sul), que também se assumem como regiões receptoras. Cumpre referir que o primeiro caso é bastante mais comum que o segundo, o que quer dizer que a paz, aqui entendida também no sentido de segurança ontológica, promove o desenvolvimento nos seus diversos campos, daí que essas regiões se tornem mais atractivas para os migrantes e por isso mais procuradas em termos de mobilidade migratória. No segundo caso, pode-se perguntar o que leva os migrantes a procurarem lugares com baixos níveis de segurança ontológica, o que pode ser explicado por um lado pela assunção do factor de risco elevado como uma necessidade de se atingirem os objectivos propostos, e por outro o carácter de atracção que alguns sectores económicos e laborais (por exemplo, o caso do

petróleo no Golfo Pérsico) detém e que leva a que se arrisque (quase) tudo em prol de um trabalho promissor. Além disso também nos poderemos questionar se a geografia não terá um papel decisivo, isto é, face à dificuldade material em arranjar recursos para o indivíduo empreender a saída do seu país de origem para outro, poderá minimizar os custos da migração, procurando destinos mais próximos e com carácter atractivo, embora para isso tenha de abdicar em termos de segurança.

No entanto esta análise merece um tratamento em termos de escala, o que quer dizer que a análise realizada em termos mundiais terá nuances mais ou menos marcadas em termos regionais e até mesmo locais. De seguida serão apresentados dois casos portugueses onde os imigrantes dão sentido à ideia de que a segurança ontológica esteve na base da sua migração, mais especificamente na escolha do local de destino.

#### **4. Análise de dois casos práticos**

Em 2003-2005, no âmbito da tese de Mestrado que me encontrava a desenvolver, foi realizado um estudo em Vila Viçosa sobre a comunidade moldava que se encontrava a viver no referido concelho, com o objectivo de perceber os motivos que estiveram na entrada de Portugal e naquela região em concreto, a dinâmica da vida quotidiana e os planos futuros da migração. Num concelho da região do Alentejo, sub-região do Alentejo Central, actualmente com 8694 habitantes<sup>16</sup>, com um índice de envelhecimento elevado (1,7 idosos para cada jovem) e com um perda de população evidente, seja pelo declínio da natalidade, seja pela mortalidade, seja pela saída dos mais jovens, colocou-se a questão do que é que atrairia esta comunidade a fixar-se naquele local. Dados do Instituto Nacional de Estatística de 2001 revelavam que nessa data estariam em Vila Viçosa cerca de 85 imigrantes. No entanto no trabalho de campo verificou-se que os imigrantes moldavos referiram que, só da sua comunidade (nos anos de 2003/2004) aí estariam cerca de 120 conterrâneos. Isto significa que alguns teriam entrado já depois de 2001, enquanto que haveria outros que, ilegais na altura, não teriam entrado na contabilidade estatística. Tratava-se de uma migração de cariz familiar, em que os imigrantes moldavos do sexo masculino trabalhavam sobretudo na construção civil e na indústria extractiva do mármore, desempenhando tarefas duras e perigosas que os autóctones evitavam fazer. As mulheres trabalhavam sobretudo nos serviços de

---

<sup>16</sup> Dados do Instituto Nacional de Estatística referentes a 2007. Desde 2001 até essa data o concelho perde em média, por ano, 25 habitantes.



limpeza e na restauração. Com níveis de escolaridade secundários ou cursos técnicos e profissionalizantes, acabavam por desempenhar profissões diferentes daquelas que tinham no país de origem.

Quando questionados<sup>17</sup> sobre os motivos que os fizeram escolher Vila Viçosa como local de destino, referiram em primeiro lugar que a disponibilidade de empregos tinha sido decisiva, contudo apresentaram outros motivos igualmente importantes que os fizeram continuar a viver naquela localidade, nomeadamente a proximidade de amigos e familiares, a disponibilidade de habitação barata e a calma e o sossego que associavam como importante, sobretudo para os filhos. Notou-se que estes imigrantes ocuparam um segmento do mercado-de-trabalho dispensado em certa medida pelos autóctones. No entanto optaram por ficar porque localmente foram tidos em conta factores como o equilíbrio emocional (contacto com conterrâneos, família) ou até mesmo a calma e a tranquilidade imposta pelo local, que acaba por ser um factor importante sobretudo quando se referiram à reunificação familiar.

Outro estudo realizado mais recentemente (2008) ocorreu na mesma região (Alentejo), agora na sub-região do Alto-Alentejo. Com os mesmos objectivos do estudo anterior, procurou-se investigar a dinâmica imigratória ocorrida nos concelhos raianos de Arronches, Campo Maior e Elvas<sup>18</sup>, todos eles com uma dinâmica demográfica em tudo similar ao caso anterior, ou seja, com perdas demográficas na ordem dos 27%, 2% e 7%, respectivamente (entre os períodos censitários de 1981 e 2001). Em termos de estrutura etária tratam-se de unidades territoriais onde há um domínio de população com idades mais avançadas, tanto que o índice de envelhecimento para Arronches é de 2,9 idosos para cada jovem, e em Campo Maior e Elvas de 1,5 idosos para cada jovem. Em termos laborais domina o sector terciário ligado aos serviços públicos, alguma agricultura e, sobretudo em Campo Maior, a indústria (neste caso ligado aos Cafés Delta, um dos grandes empregadores do concelho).

Em termos de população imigrante, os Censos de 2001 davam conta que viveriam em Arronches 7, em Campo Maior 61 e em Elvas 113 imigrantes. Entre 1998 e 2006 forma requeridas em Arronches 13, em Campo Maior 93 e em Elvas 292 autorizações de residência, o que demonstra de certa forma alguma procura desta região por parte da população estrangeira. Esta tem sido feita por imigrantes de forma

---

<sup>17</sup> Foi realizado um inquérito a uma amostra de 50 imigrantes moldavos.

<sup>18</sup> Em 2007, segundo o Instituto Nacional de Estatística, Arronches apresentava 3.231 habitantes, Campo Maior 8.291 habitantes e Elvas 22.279 habitantes.

individual ou com a família, onde domina a nacionalidade brasileira, algumas da Europa de Leste, chineses e alguns casos de bengalis, bem como uma comunidade da Europa Central, nomeadamente neerlandeses e ingleses. Identifica-se um segmento de investidores que trabalha por conta própria, como é o caso dos agricultores neerlandeses, dos comerciantes chineses e bengalis, ou então de brasileiros ligados à área da saúde (dentistas). No segmento dos não investidores, portanto de trabalhadores por conta de outrém, encontram-se todas as nacionalidades de uma forma geral, onde predomina ligado ao sexo masculino profissões ligadas à construção civil e os serviços de limpeza no sexo feminino, embora haja sectores comuns a ambos os géneros, nomeadamente a agricultura e serviços de atendimento ao público (empregados de balcão). Registe-se que no concelho de Arronches domina o grupo dos estrangeiros da Europa Central, nomeadamente dos ingleses, que já se encontram fora do grupo de população activa alóctone, ou seja, encontram-se reformados<sup>19</sup> ou em vias disso.

Visto que estes concelhos estão inseridos num contexto raiano de envelhecimento e repulsão de jovens ligado, entre outros motivos, à debilidade da oferta académica e do tecido económico e laboral, parece contraditório a escolha perpetrada por estes imigrantes.

Saída do país de origem (%)		Entrada em Portugal (%)		Entrada nos concelhos em estudo (%)	
Salários Baixos	31,1	Salários elevados	22,2	Mercado laboral	46,1
Desemprego	25,5	Disponib. emprego	18,9	Segurança	19,5
Outros motivos	16,8	Facilidade de entrada	15,1	Proximidade de familiares	17,2
Reunif.familiar	9,3	Segurança	12,4	Outros motivos	17,2
Ganhar experiência	7,5	Outros motivos	11,9	Baixo custo da habitação	15,6
Insegurança	5,6	Reunif.familiar	11,4		
Dificuldade de asc.prof.	4,3	Redes familiares	8,1		
Total	100,0	Total	100,0	Total	100,0

Quadro 1. Motivações para a migração

Elaboração própria (2008)

Contudo, essa tendência acaba por ser explicada por motivos de repulsão/atração. Verificamos que a saída do país de origem se ficou a dever essencialmente a factores de ordem repulsiva ligado sobretudo ao mercado laboral, seja pela inexistência de emprego, seja pela sua existência mas pelos salários serem considerados desadequados. Este é um factor transversal à migração, no entanto há outros que são igualmente referidos numa “segunda ordem” pelos inquiridos. A

<sup>19</sup> Podem ser considerados *sun-seekers*, como veremos mais adiante.

sensação de insegurança, seja do ponto de vista físico (muito referido pelos brasileiros), seja do ponto de vista emocional (afastamento da família) ou de outras ordens (por exemplo, a dificuldade de ascensão profissional) fez com que estes imigrantes vissem em Portugal um possível destino capaz de colmatar estas vicissitudes. Aliaram, portanto, a vida profissional (disponibilidade de emprego, valor dos salários) à “facilidade” de entrada no país, seja por via legal (ou não), seja por intermédio de redes de solidariedade conterrânea, a valores relacionados com a segurança material e imaterial.

No caso dos concelhos em estudo, onde o tecido económico e laboral é débil, os imigrantes referiram, pelo contrário, a escolha baseada nessa mesma motivação. Poderemos considerar que o grupo dos não-investidores acabou por aceitar a realização de tarefas dispensadas pelos autóctones, nomeadamente na agricultura, na construção civil e nos serviços domésticos, enquanto os investidores acabaram por encontrar mercado para a venda dos seus produtos e serviços. No caso dos reformados, o preço das habitações também foi decisivo, especialmente quando comparado com o Algarve, onde a maior parte revelou ter ligações de amizade/familiares.

No entanto outros factores foram referidos: em segundo lugar a segurança física promovida pela região, bem como outros motivos como a qualidade ambiental ou a manutenção de um modo de vida tradicional por parte dos autóctones<sup>20</sup>. A proximidade de familiares e amigos, bem como a aquisição ou arrendamento de habitações a um preço mais convidativo que em grandes centros urbanos, também pesou na decisão. Este motivo foi fulcral em muitos asiáticos aqui estabelecidos, os quais acabaram por referir gastar menos na renda (do que numa cidade), ter menos concorrência, e acabarem por ganhar um mercado de consumidores que efectivamente os procura.

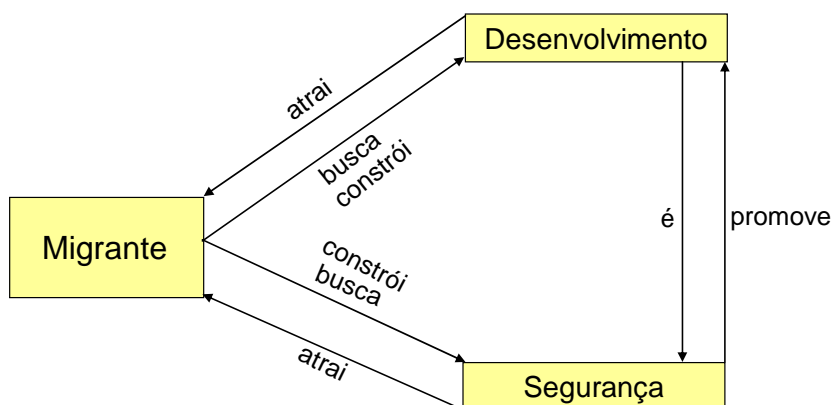
Perante estes dois estudos constata-se que a vertente económica acaba por ser aliado a motivações de índole material e imaterial, o que também ajuda a explicar a manutenção das migrações em regiões deprimidas do ponto de vista demográfico, social e económico.

---

<sup>20</sup> Este factor foi muito apreciado pelos reformados, que referiram já não encontrar isso em regiões como o Algarve.

## 5. Algumas conclusões

Perante a discussão teórica e apresentação dos casos de estudo, podemos concluir que a tónica das migrações internacionais não deve ser limitada à componente económica e laboral, devendo antes ser entendida de uma forma mais abrangente, abarcando outros pontos da vida (expectável) do migrante. Trata-se da busca da segurança ontológica tanto numa perspectiva pessoal e social, como do ponto de vista geográfico, daí que fará sentido, face ao panorama contemporâneo das sociedades, repensar o território a várias escalas de análise, com o objectivo de perceber ou até mesmo encontrar novos (e renovados) “destinos de segurança ontológica”. No último estudo (referente aos concelhos de Arronches, Campo Maior e Elvas), reconhece-se que houve um duplo ganho com a presença de imigrantes: por um lado estes, faces às suas possibilidades, escolheram entrar num território com características favoráveis à sua pretensão migratória<sup>21</sup>, por outro os autóctones acabaram por ver alguma dinamização em sectores como a agricultura, o comércio ou a saúde, ou até mesmo o mercado imobiliário, no respeitante ao arrendamento e à venda da imóveis e propriedades. Por outro lado, o estabelecimento de imigrantes em lugares mais isolados do concelho fez com que a população idosa que lá vive se sentisse menos isolada e mais acompanhada, o que acabou por ser um factor de segurança.



Esquema 2. A construção da segurança ontológica pelo próprio migrante

Elaboração própria (2008)

<sup>21</sup> Não quer dizer que corresponda à imagem territorial expectável à partida ou até mesmo antes da consumação da migração. Refere-se neste caso as várias possibilidades de destinos que teriam (até mesmo o retorno) e a escolha concreta do mesmo. Também evidenciam o clima como factor que pesou na decisão.

Em suma, o imigrante revela ser um actor dinâmico não só na busca como na própria construção do desenvolvimento, visto no cerne da própria concepção da segurança ontológica, uma vez que escolhe e interage com o território e com a comunidade que de certa forma busca de forma individual/em conjunto este mesmo objectivo. É com base neste pressuposto que nos devemos questionar se as políticas migratórias à escala nacional e internacional têm entendido as migrações no seu todo e se devem ou não ser reformuladas com base no pressuposto de que o migrante não busca apenas, mas tem capacidades intrínsecas para promover a sua segurança ontológica, e a dos outros com quem interage.

## **6. Bibliografia**

ALBERGARIA, Henrique; TEOTÓNIO, Carla (2007) – *Desenvolvimento regional e policentrismo. A dinâmica dos principais pólos urbanos da região Centro de Portugal*. IERU, Coimbra.

AYDALOT, Philippe (1985) – *Economie régionale et urbaine*. Ed.Economica, Paris.

ARMSTRONG, Harvey; TAYLOR, Jim (2000) – *Regional economics and policy*. Blackwell Publishers, 3ª edição, Oxford.

ARAUJO, Lázaro Laureano (1999) – “Viejos y nuevos paradigmas, desarrollo regional y desarrollo local”. *Ciudad y Território, Estudos Territoriales*, CPSGT – Ministério de Fomento, XXXI(122), Madrid, pp.685-707.

BADIE, Bertrand (1996) – *O fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Instituto Piaget, Col.Economia e Política, Lisboa.

BENKO, Georges (2001) – *Lexique de géographie économique*. Armand Colin, Paris.

CARDOSO, Teresa; RIBEIRO, J.Cadima; SANTOS, J.Freitas (2000) – “Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos”. In: *Actas do VIII Encontro Nacional da APDR* –

*Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*. APDR, Vol.2, Coimbra, pp.721-735.

CARVALHO TOMÁS, Paulo Manuel (2005) – *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Tese de Doutoramento (policopiada), Coimbra.

CORBRIDGE, Stuart (1999) – “Part II – Chapter 7 – Development, post-development and the global political economy”. In: CLOKE, Paul; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark (Eds.), *Introducing Human Geographies*, Arnold, Londres, pp.67-75.

COSTA, José Silva (2005) – *Compêndio de economia regional*. APDR, 2ª edição, Coimbra.

DE LA FUENTE, Ángel (1999) – “Desarrollo regional: una aproximación desde la teoría del crecimiento”. *Ciudad y Território, Estudos Territoriales*, CPSGT – Ministério de Fomento, XXXI(122), Madrid, pp.707-718.

FERNANDES, João Luis Jesus (2004) – *Território, desenvolvimento e áreas protegidas. A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Tese de Doutoramento (policopiada), Coimbra.

FERRÃO, João (2003) – *Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001*. INE, Estudos, Lisboa.

[http://ine-lnx01.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_estudos&ESTUDOSest\\_boui=106321&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt](http://ine-lnx01.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106321&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt)  
(acedido em 12/11/08)

FIGUEIREDO, Joana Miranda (2005) – *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu?* ACIME, Lisboa.

FONSECA, Maria Lucinda (2005) – *Migrações e Território*. CEG, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº64, FLUL, Lisboa.

- FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. (1979) – *Territory and function. The evolution of regional planning*. Edward Arnold Publishers, Grã-Bretanha.
- GIDDENS, Anthony (1991) – *The consequences of modernity*. Hutchinson & Co. Publishers, 2ª edição, Grã-Bretanha.
- HAESBAERT, Rogério (2004) – *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- HIGGINS, Benjamin; SAVOIE, Donald J. (1997) – *Regional development. Theories and their application*. Transaction Publishers, Nova Jersey.
- MASSEY, Douglas *et al* (1998) – *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Clarendon Press, Oxford.
- MORENO, Luis (2002) – *Desenvolvimento local em meio rural. Caminhos e caminhantes*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, CD-ROM, Lisboa.
- MORENO, Luis (1998) – “Desenvolvimento e Geografia: uma sinopse sobre o compromisso social em função dos valores”. *Cadernos de Geografia*, nº17, Coimbra, pp.23-26.
- PIRES, Rui Pena (2003) – *Migrações e integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Celta editora, Oeiras.
- PNUD (2008) – *The Human Development Concept*  
<http://hdr.undp.org/en/humandev/> (acedido em 24/11/2008)
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) – *Sociologia das migrações*. Universidade Aberta, Lisboa.

SEN, Amartya (2003) – *O Desenvolvimento como Liberdade*. Gradiva, Col.Trajectos, Lisboa.

SILVA, Mário Rui; SILVA, Sandra (2005) – “Capítulo 4-4.1 – Modelos de crescimento regional e 4.2 – Crescimento endógeno”. In: COSTA, José Silva (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*. APDR, 2ª edição, Coimbra, pp.159-1789.

STÖR, B. Walter; TAYLOR, D.R.Fraser (1982) – *Development from above or below? The dialects of regional planning in developing countries*. John Wiley & Sons, Chister.

VELEZ DE CASTRO (2005) – *A Europa do Outro – A imigração em Portugal no início do séc.XXI. Estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra (policopiado).

VELEZ DE CASTRO (2008) – *Contributo da imigração para o desenvolvimento regional transfronteiriço*. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda (policopiado).

VISON OF HUMANITY (2008) – *Global Peace Index*

<http://www.visionofhumanity.org/gpi/home.php> (acedido em 27/11/2008)

## 7. Apoio

